

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A degradação estrutural de imóveis do Estado nos Açores e na Madeira, torna-se, cada vez mais, um assunto que carece de resolução como temos vindo a alertar nos últimos anos. Obviamente quanto mais tempo passa sem que absolutamente nada seja feito neste sentido, mais degradados ficam os imóveis onde, em muitos casos, funcionam serviços do Estado de atendimento ao público, que, neste momento, já constituem em si próprios perigo iminente estrutural, tanto para os utentes e cidadãos que os procuram, como para os seus trabalhadores que, tentam da forma como podem, continuar a garantir a prestação desses serviços, sem as mínimas condições de trabalho em estruturas totalmente obsoletas e degradadas, algumas até insalubres e outras ainda com risco iminente de colapso.

O Estado, também neste aspeto, tem que ser um exemplo de reforma e conservação, não deixando ao completo abandono as suas próprias infraestruturas, como se nelas não funcionassem serviços que são o cartão de visita do próprio Estado.

Além de já terem sido várias as tentativas de alerta para a total degradação de imóveis e património do Estado nas Regiões Autónomas, ao Governo da República, chegamos ao ponto em que muitas autarquias, que lidam e vêm no seu dia a dia estes edifícios, sobrepõem-se ao Estado a fazer obras de manutenção, sem que esta seja uma obrigação sua, mas para tentarem garantir o mínimo de segurança dos cidadãos e destes trabalhadores, abdicando de algumas verbas dos seus já parcos orçamentos para executar uma obrigação que é do Estado Português e sem qualquer retorno de financiamento.

Recordamos ainda que, na Assembleia da República, foi aprovada ainda em 2021, por unanimidade, uma resolução que recomendava ao Governo que criasse um Grupo de Trabalho cuja missão seria identificar todos estes imóveis nos Açores e criar um plano de reabilitação dos mesmos, classificando-os e desafetando estes imóveis a favor da Região Autónoma dos Açores.

Os edifícios onde funcionam nos Açores os serviços de Finanças são um bom exemplo destes imóveis, ou então na Madeira o edifício onde funciona a Alfândega do Funchal, assim como

tantos outros, onde funcionam ou funcionaram os mais diversos serviços do Estado e que neste momento estão ou a funcionar em condições deploráveis, ou outros ainda largados ao completo desleixo e abandono.

Assim, nos termos regimentais e constitucionais aplicáveis, os deputados do grupo parlamentar do PSD abaixo-assinados, apresentam ao Senhor Ministro das Finanças as seguintes questões:

1 - Vai o Governo criar o Grupo de Trabalho para desafetação de imóveis do Estado para a Região Autónoma dos Açores, conforme aprovado na Assembleia da República por unanimidade, ou não?

2 - Partindo do princípio que o Governo respeita e dá cumprimento às recomendações da Assembleia da República, para quando a constituição do Grupo de Trabalho?

3 - Tem o Governo um plano de reabilitação e requalificação de imóveis do Estado, nomeadamente respeitante aos imóveis localizados nos Açores na Madeira?

4 - Em que consiste e qual o cronograma deste plano?

5 - O Governo diligenciou a inscrição de reabilitação de imóveis do Estado no PRR?

6 - Partindo do princípio de que sim, e porque seria uma oportunidade desperdiçada pelo menos em termos de requalificação urbana, quais as verbas destinadas e qual a cronologia da sua execução?

7 - Porque razão o Ministério das Finanças ainda não respondeu às questões colocadas pelo PSD relativamente à falta de meios humanos e materiais nas Alfândegas do Funchal e de Ponta Delgada?

Palácio de São Bento, 19 de maio de 2023

Deputado(a)s

PAULO MONIZ(PSD)

FRANCISCO PIMENTEL(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

HUGO CARNEIRO(PSD)

DUARTE PACHECO(PSD)

ALEXANDRE SIMÕES(PSD)

ARTUR SOVERAL ANDRADE(PSD)

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)